

BOLETIM DA EDUCAÇÃO

Nº 04 - MAIO 94

ESCOLA

TRABALHO E COOPERAÇÃO

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Sumário

Introdução	3
Parte 1: O trabalho educa	5
Parte 2: A escola pode educar pelo trabalho	8
Parte 3: O MST e a escola do trabalho	10
Parte 4: A Escola do trabalho: Cooperação e Democracia	14
Conclusão	18
Bibliografia de apoio	19

Gratuita para todas as crianças. E unificação do ensino com a produção material através do trabalho!"

(Karl Marx, Manifesto Comunista)

INTRODUÇÃO

Todos ao trabalho

Todos se organizando

Todos participando

Todos se educando para o novo.

(Caderno de Formação nº 18 - O que Queremos com as Escolas dos Assentamentos)

É preciso juntar o estudo com o trabalho. É preciso preparar as crianças e os jovens para a cooperação. Educá-los dentro do mundo da produção.

Assim diz a proposta de educação do MST, desde os seus primeiros documentos até os princípios organizativos de cada um dos seus cursos, passando também pelas canções que estão de boca em boca pelo país afora.

Conhecer a caneta e a enxada
Afinando estudo e trabalho
Aprendendo teoria e prática
Nova forma de aprendizado.

(Zé Pinto)

E a nossa prática nas escolas, nos cursos, nos assentamentos e acampamentos, o que diz?

Diz que há muitas escolas onde as questões da produção e do trabalho ainda nem entraram, e os alunos continuam estudando conteúdos fora da realidade.

Diz que ainda têm muitos pais e professores educando para a submissão e para a falta de iniciativa.

Diz que têm crianças, jovens e adultos nos assentamentos que ainda trabalham sem saber porquê. Que ainda não sentiram a responsabilidade e a alegria da participação e do coletivo.

Diz também que é preciso ocupar, resistir e produzir no chão da educação e das escolas para que a Reforma Agrária seja uma conquista mais plena.

Mas, como já disse o poeta, “construir é bem mais do que querer”. Para fazer o novo é preciso disposição para aprender, muito preparo e muita ajuda mútua. E, principalmente, é preciso ter bem claro o que é este novo que buscamos.

O texto a seguir trata do tema escola, trabalho e cooperação. O objetivo é aprofundar nossa compreensão sobre o conceito que defendemos da relação entre educação e trabalho, e da construção de uma escola baseada na dimensão educativa do trabalho e da cooperação. Os nós da nossa prática apontam a necessidade de irmos mais a fundo nesta reflexão. Não se trata apenas de um detalhe da proposta de educação do MST, mas sim de um dos seus pilares fundamentais.

Escola do trabalho quer dizer escola do trabalhador, da classe trabalhadora. E esta é uma marca que faz diferença no conjunto das lutas do MST. Nossas crianças, nossos jovens, nós mesmos precisamos ser educados como trabalhadores, para sermos trabalhadores que vão transformar o conjunto da sociedade. Se não for assim, a luta vai pela metade.

Esse Boletim faz parte do conjunto de materiais que o Setor de Educação vem produzindo como apoio ao trabalho dos professores e das equipes de educação dos assentamentos e acampamentos. Mas é importante que ele seja discutido também com outras pessoas, outros setores. No conjunto da organização se coloca o desafio da educação, do trabalho e da cooperação. E, se o compromisso é coletivo a discussão também tem de ser, para que a prática possa realmente ser transformada.



Educando-se para a sociedade,
que implantaremos ao amanhecer!

PARTE I: O TRABALHO EDUCA

1. O que é educar

Para entendermos o que é relação **escola e trabalho** e qual sua importância educativa, precisamos ter claro o que é educar e o que tem a ver o trabalho com a educação das pessoas, dos grupos sociais.

Segundo a grande pedagoga russa Krupskaya(1), “educar é preparar pessoas integralmente desenvolvidas, com instintos sociais conscientes e organizados, possuidores de uma visão de mundo refletida e íntegra, que tenham clara compreensão de tudo que ocorre ao seu redor, na natureza e na vida social; pessoas preparadas na teoria e na prática para todo tipo de trabalho, tanto manual como intelectual, que saibam construir uma vida social racional, plena, bonita e alegre. Estas são as pessoas para construir a nova sociedade, socialista”.

Mas como se educam as pessoas para atingir tão alta expectativa?

Tem gente que acha que as pessoas se educam através das palavras: ouvindo bons conselhos, lendo livros, assistindo às aulas ou palestras de bons mestres. São os chamados defensores da “pedagogia da palavra”. Diga-se de passagem, a maioria das escolas segue (mesmo sem saber disso) esta filosofia, à medida que considera que os alunos só estão se educando, quando ouvem atentos as palavras do professor ou dos livros didáticos.

Nós nos identificamos com uma outra corrente da pedagogia, segundo a qual, o que mais educa as pessoas é a sua ação, a sua prática do dia-a-dia. Fazer é mais educativo do que ouvir sobre o que já está feito. Nada contra livros, palestras ou aulas expositivas de um professor. Pelo contrário, isso também é muito importante. Só que isso não basta para educar o tipo de pessoas que queremos e de que precisamos para a transformação da sociedade.

A teoria é fundamental, desde que seja construída a partir de uma prática e visando retornar a ela. É a

relação prática-teoria-prática, ou “pedagogia da praxis”(2), como muitos a chamam.

E de que práticas estamos falando? Que práticas educam?

Toda a relação prática do ser humano com a natureza ou com a vida social é educativa. Mas existem práticas que conseguem atingir a pessoa mais integralmente, em mais dimensões. Estamos falando das práticas ligadas ao mundo do trabalho.

O trabalho envolve um conjunto de processos e de ações que transformam a natureza, constroem e reconstruem a vida em sociedade. Através do trabalho, as pessoas, coletivamente (ninguém trabalha sozinho, sempre se relaciona com alguém), garantem a vida e as condições objetivas de seu desenvolvimento, num determinado tempo e espaço social.

O trabalho é o que define a diferença básica entre os seres humanos e os animais. As pessoas são o que são, principalmente em função do tipo de trabalho que fazem e do jeito que se organizam para executar este trabalho.

Por isso, nós costumamos dizer que “o trabalho é o princípio educativo fundamental”, ou seja, nada educa mais as pessoas do que o trabalho. E isto vale para qualquer idade, qualquer sociedade.

2. Porque o trabalho educa

O trabalho educa porque mexe com várias dimensões importantes da formação humana. Vejamos algumas que são fundamentais:

a) O trabalho educa formando a consciência das pessoas.

Por consciência entendemos a visão de mundo das pessoas e seu jeito de se posicionar diante da realidade. Seu modo de pensar, suas crenças, seus gostos, seus valores éticos e culturais.

Sabemos que é a **existência social** que determina a

(1) Nadezhda Konstantínovna Krupskaya: pedagoga revolucionária, esposa e companheira de luta de Lênin, participou ativamente da primeira Revolução Socialista, na Rússia. A citação foi tirada da sua obra: “La educación laboral y la enseñanza”, pág.52

(2) Práxis não é igual à prática. Práxis = prática + teoria, ou ação junto com reflexão. Confira nas obras de Paulo Freire, especialmente, “Pedagogia do Oprimido”.

consciência social de cada um de nós.(3) Ou seja, nossa visão de mundo depende das condições objetivas em que vivemos. E entre estas condições objetivas, a forma como garantimos a nossa sobrevivência material é a mais determinante. O jeito de um dono de banco ver o mundo é diferente do jeito do agricultor que vai até o banco para pedir crédito para sua pequena roça. Assim como é diferente a forma de pensar e de agir deste pequeno agricultor e de um operário de fábrica. Ou como é diferente a consciência de um escritor de romances e de um contabilista de empresa. Ou ainda, como é muito diferente a consciência de quem está dentro de um processo produtivo e de quem não está.(4) O trabalho é uma dimensão tão forte para a vida das pessoas que molda a sua personalidade, o seu jeito de ser. É por isso, por exemplo, que é tão difícil para quem sempre trabalhou sozinho, entrar numa experiência de cooperação agrícola.

b) O trabalho educa produzindo conhecimentos e criando habilidades.

Grande parte do conhecimento científico produzido pela humanidade nasceu a partir do trabalho e das necessidades de tornar a relação com a natureza mais facilitada e enriquecedora para o ser humano.

Através do trabalho, as pessoas incorporam pelas ações e comportamentos o acúmulo dos conhecimentos produzidos e produzem novos, à medida que passam a dominar a técnica do que fazem.

Este domínio da técnica ou da tecnologia (jeito de fazer) constitui-se numa série de habilidades ou destrezas que são adquiridas pela repetição constante das mesmas ações.

c) O trabalho educa provocando necessidades humanas superiores.(5)

As pessoas trabalham para atender suas necessidades básicas, ou naturais: comer, vestir-se, morar, reproduzir-se. À medida que trabalham passam a aumentar o círculo de objetos e de pessoas com as quais se relacionam. E quanto mais aumenta este círculo, mais se enriquecem e aumentam as necessi-

dades. Em vez da simples necessidade de comer, aparece a necessidade de comer bons alimentos. Assim como aparecem as necessidades de caráter mais cultural: ler, conhecer lugares, frequentar festas, aprender cada vez mais sobre o que nos cerca, sobre o mundo em geral.

Quanto maior o número e mais complexas as necessidades, maiores também são os motivos para prosseguir e se qualificar no trabalho. E este parece ser o ciclo fundamental para o ser humano tornar-se cada vez mais humano, cada vez mais pleno.

3. O trabalho que educa

Que trabalho educa para o que buscamos? Ou seja, que trabalho ajuda a prepara os sujeitos capazes de dar continuidade à luta de seus pais, construir uma nova vida social, gerar necessidades superiores, construir sua própria felicidade?

Aqui é preciso clarear algumas idéias importantes:

a) Todo trabalho é educativo.

Explicando: Não existe trabalho que seja completamente deseducativo. Todo trabalho educa o sujeito, pelo menos, em alguma dimensão. O que acontece é que muitas vezes o trabalho é ao mesmo tempo educativo e deseducativo, quer dizer, educa num lado e deseduca no outro.

Vejamos melhor isso através de alguns exemplos:

1) Operários de uma fábrica capitalista tradicional. Muita gente considera este o exemplo típico do trabalho deseducativo porque os operários têm que cumprir as ordens sem discutir, porque são explorados e se alienam do próprio trabalho. Isso é verdade, mas não é toda verdade. Do ponto de vista de aprender a ser sujeito, consciente, democrático podemos dizer que essa forma de trabalho deseduca. Mas, se observarmos outras dimensões, veremos que o trabalho desses operários é também educativo. E isso em pelo menos três aspectos: - ao experimentarem a lógica do processo produtivo socialmente dividido (que é o jeito da fábrica organizar o trabalho), os operários estão se educando para a cooperação;

(3) Esta é uma das teses da concepção materialista dialética desenvolvida por Karl Marx e outros filósofos materialista.

(4) Considera-se "lumpen" o sujeito que está fora do processo produtivo, não gosta de trabalhar e sempre busca formas de viver sem trabalhar. Existem lumpens em todas as classes sociais: temos o lumpem proletariado, o lumpem pequeno burguês e o lumpem burguês.

(5) Segundo os estudiosos da Psicologia Social, existem as necessidades superiores, de caráter social e que diferenciam os seres humanos dos animais. Elas aparecem e se multiplicam a partir da vida social. Exs.: o cultivo da beleza, a necessidade de se relacionar com as pessoas, de ter amigos, de ler bons livros.

- ao conviverem com um grande número de pessoas que estão em situação social idêntica, têm condições de perceber sua identidade de classe trabalhadora explorada; - ao terem que executar com eficiência suas tarefas, estão se educando no sentido de apropriação de habilidades técnicas e de informações tecnológicas.

2) Crianças de um assentamento que trabalham como ajudante dos adultos nos setores. Se os adultos se comportarem como patrões das crianças, se elas não tiverem direito a dar opinião, se forem discriminadas na remuneração, essas relações de trabalho serão deseducativas porque as crianças estarão aprendendo a ser submissas e exploradas e não participantes, de fato, da vida do assentamento.

Mas este mesmo trabalho deseducativo pode estar sendo educativo em outras dimensões: na valorização do trabalho socialmente útil, na apropriação do saber sobre o trabalho, na aprendizagem da responsabilidade e da disciplina pessoal e coletiva, no despertar da curiosidade para aprender sobre coisas do mundo da produção e do trabalho.

A nossa meta deve ser a de tornar o trabalho cada vez mais educativo e cada vez menos deseducativo. E isso vale para as escolas, para os assentamentos e para o conjunto da sociedade.

b) Não é o tipo de trabalho que o torna mais educativo

Tem gente que pensa que há tipos de trabalho que educam mais do que os outros. Têm os que fazem distinção entre o trabalho manual e intelectual, dizendo que quem trabalha com a cabeça se educa mais do que quem trabalha com as mãos (como se fosse realmente possível fazer essa separação tão mecanicamente!). Têm outros que distinguem o trabalho produtivo do trabalho improdutivo. Dizem que o trabalho produtivo é aquele que gera mercadorias, riquezas. E o trabalho improdutivo é aquele que não produz riquezas, ou seja, são os serviços (de administração, de educação, de cozinha, de secretaria, etc.) E alguns tendem a pensar que, se o que gera riquezas é o trabalho produtivo, então este é o trabalho mais educativo, porque mais valorizado.

Podemos dizer que os dois raciocínios são equivocados: 1) não existe trabalho que seja só manual ou só intelectual, e é somente juntando cabeça e mãos que podemos educar o ser humano integral; 2) numa visão de sociedade igualitária, temos que considerar produ-

tivo todo trabalho que seja necessário para garantir a qualidade da vida social.

Não é o tipo de trabalho que o torna mais ou menos educativo. A diferença é que existem trabalhos que exigem mais habilidades ou mais tempo de preparo técnico do que outros. Mas isso não é condição necessária para torná-lo mais educativo. São as relações que as pessoas estabelecem com o trabalho e entre si, para realizá-lo, os elementos determinantes do seu caráter mais educativo ou mais deseducativo.

c) O trabalho pode ser mais plenamente educativo.

O trabalho se torna mais plenamente educativo, na perspectiva do tipo de sociedade que queremos construir, quando ele consegue mexer com um maior número de dimensões do ser humano, todas no sentido de gerar SUJEITOS SOCIAIS.

Assim, no exemplo dos operários da fábrica, se eles forem também os donos da fábrica, e mesmo continuando a executar apenas uma parte do trabalho, tiverem que decidir coletivamente sobre o conjunto do processo produtivo, e sobre o que fazer com sobras ou prejuízos, este trabalho será para eles mais plenamente educativo.

Da mesma forma, no exemplo das crianças, quando elas podem se organizar num coletivo de trabalhadores infantis, discutindo sobre como podem melhorar a produção, refletindo sobre o que estão fazendo, participando das decisões do conjunto do assentamento, podendo se apropriar do produto de seu trabalho, as dimensões educativas do seu trabalho aumentam bastante.

Isto quer dizer, em resumo, que têm alguns elementos importantes para tornar o trabalho mais plenamente educativo:

- apropriação dos resultados do trabalho;
- gestão democrática dos processos de trabalho;
- o dar-se conta do que se está fazendo, para quê e para quem.

"Que é a vida, senão atividade?"

(Marx, Manuscritos de 1844)

PARTE 2: A ESCOLA PODE EDUCAR PELO TRABALHO

1. *Porque o trabalho na escola*

Se o trabalho é essencialmente educativo, por que é preciso trazê-lo para dentro da escola ou se preocupar com ele?

Não seria o caso da escola se preocupar apenas com o estudo, deixando o mundo do trabalho seguir sua própria lógica, enquanto seus alunos vão progressivamente, e desde cedo, se integrando nele?

Duas razões básicas justificam a proposta de que a escola se junte com o trabalho:

a) Pela potencialidade pedagógica do trabalho. Se nada há de mais educativo do que o trabalho, por que a escola (que é uma instituição de educação) não se valer deste poderoso instrumento?

b) Porque a escola pode ajudar a tornar o trabalho dos alunos mais plenamente educativo. Ou seja, é o local próprio para unir teoria e prática; para provocar o estudo e a reflexão sobre as questões do mundo do trabalho; para planejar situações pedagógicas onde os alunos vivenciem certos tipos de relações de trabalho, que em sua família talvez não chegassem a vivenciar; para ajudar as crianças a se darem conta dos trabalhos que fazem na família, no assentamento... Por que fazem, como fazem e para quê fazem.

2. *Como a escola educa pelo trabalho*

Tem muita gente pensando que educar através do trabalho é fazer uma horta no quintal da escola para as crianças trabalharem. Ou, então, pedir que os alunos ajudem na limpeza da escola. Isto até pode ser feito. Mas educar pelo trabalho é bem mais do que isso.

Para implementar a relação entre escola e trabalho ou uma pedagogia do trabalho é preciso levar em conta principalmente o seguinte:

a) Que a escola tem uma função social que lhe é

específica e que diz respeito à socialização e à produção de conhecimentos científicos necessários à vida pessoal e à vida social. Isto quer dizer que se a escola não pode ser lugar só de teoria, também não pode ser lugar só de prática. A escola é por natureza um lugar de teorias. Mas o que defendemos é que sejam teorizações sobre práticas sociais concretas em que os alunos estejam envolvidos.

b) Que a escola deve buscar no mundo do trabalho e da produção uma das matérias-primas principais para o estudo de conteúdos de temas geradores⁽⁶⁾ pelo sentido socialmente útil deste tipo de aprendizagem e pela motivação para o estudo que geralmente provocam.

c) Que a escola deve proporcionar ou acompanhar experiências de trabalho produtivo real de seus alunos desde a pré-escola, como forma de incorporar o valor social do trabalho e vivenciar a lógica ou dimensão econômica da vida, podendo refletir e discutir sobre ela ⁽⁷⁾.

d) Que trabalho produtivo real não acontece só fora da escola, na lavoura, na horta ou numa pequena fábrica. Que se o objetivo é a experiência de uma determinada forma de trabalho, o trabalho socialmente dividido, o espaço da escola é o primeiro que pode estar, como instrumento pedagógico, na mão dos alunos. Ou seja, organizar, administrar e manter a escola é um processo que deve envolver o coletivo de alunos, desde pequenos, através de um progressivo aumento de responsabilidade. Os alunos podem começar dando conta de organizar a limpeza da escola. E podem, passo a passo, chegar a administrar as finanças escolares, a secretaria e a biblioteca da escola. Este trabalho também deve fornecer matéria-prima para o estudo em sala de aula.

e) Que a relação escola e trabalho será tanto mais educativa se for misturada com cooperação e com democracia. Não se trata dos alunos serem meros cumpridores de tarefas, para diminuir o trabalho dos

(6) Sobre o que são temas geradores ver Caderno de Educação nº 1

(7) A lógica econômica é aquela que mais facilmente nos faz entender os limites e as potencialidades de cada uma das nossas ações. Educa-nos para uma visão mais objetiva e menos idealista da realidade; nos ajuda a perceber as relações entre as coisas e a aprender atitudes e iniciativas que implicam em ganhos ou perdas que realmente fazem diferenças em nossa vida.

professores. Trata-se de experimentar a divisão social do trabalho e participar da gestão da escola; de vivenciar a relação da escola com a comunidade; de enxergar o trabalho coletivo entre os professores com a equipe de educação.

f) Que o trabalho não pode ser um momento específico, uma espécie de parênteses dentro da escola. Ou seja, o trabalho deve atravessar o conjunto das atividades. O momento da aula ou do estudo também precisa ser um momento de ação. Produção coletiva de conhecimento, com planejamento, divisão de tarefas, muita ação e avaliação. Aprender a fazer fazendo.

é uma regra que vale tanto para uma horta quanto para aprender a ler e escrever.

g) Que se a escola conseguir proporcionar aos alunos uma experiência real de **trabalho produtivo socialmente dividido** (8) ela estará alterando ou educando a verdadeira consciência ou mentalidade coletiva, onde o **eu** não consegue existir sem o **nós**, onde a lógica que comanda é a do interesse coletivo e da partilha. Onde se aprende que nada se faz sozinho e que fazer junto requer unidade, disciplina e solidariedade de cada um com todos.

“O importante é que os homens vão adquirindo cada dia mais consciência da necessidade de sua incorporação à sociedade e, ao mesmo tempo, de sua importância como motores da mesma...”

(Che. O socialismo y el Hombre en Cuba)

(8) PPSD: é aquele em que cada produtor só intervém numa pequena parte do processo produtivo para produzir determinado produto. Ex.: o assalariado rural que só faz capina, enquanto outro só ora, outro só faz os desbastes...

PARTE 3: O MST E A ESCOLA DO TRABALHO

1. Para quê uma escola do trabalho

O MST defende em sua proposta de educação, que todas as escolas de acampamentos e assentamentos sejam escola do trabalho, onde o princípio educativo fundamental esteja no trabalho.

Além das razões gerais que apontamos antes para explicar isso, têm também objetivos bem concretos. O MST, enquanto organização de trabalhadores que luta pela Reforma Agrária, precisa ter na escola um instrumento a serviço dos desafios que esta luta coloca para todos nós. A escola também precisa ajudar para que o assentamento dê certo. E também precisa ajudar para que a organização avance ou para que uma ocupação dê resultado.

Através da relação entre escola e trabalho, o MST quer, principalmente:

a) **Chamar a atenção e dar ênfase para o sentido social da escola num acampamento ou assentamento.** Ou seja, a escola não pode ser um lugar só de estudo, desligado do conjunto da vida e dos seus problemas reais. A escola deve participar da solução destes problemas, tanto através de um ensino voltado à realidade, quanto através de ações concretas (trabalho) no assentamento.

Quando provocados pela escola e organizados através dela, os alunos passam a entender e a buscar soluções para os problemas de seu acampamento ou assentamento. Escola e trabalho se juntaram.

b) **Educar para a cooperação agrícola.** (9) A escola não pode ficar fora deste desafio que é de todo o MST: avançar nas diversas formas de cooperação para viabilizar a produção nos assentamentos e preparar as pessoas para a cultura, ou para o jeito de viver socialista. Isto quer dizer que não se trata da escola de qualquer trabalho. A Escola do Trabalho que queremos é a do trabalho coletivo. Aprendido na prática, refletido a partir da prática e através do estudo das experiências de cooperação no campo e na cidade.

c) **Preparar para o trabalho.** Através da escola proporcionar aos alunos uma iniciação técnica aos diversos tipos de trabalho manual e intelectual, especialmente aqueles necessários para o avanço da produção no meio rural. Isto significa, hoje, desde técnicas agrícolas até contabilidade, administração, técnicas de saúde, comunicação. Esta iniciação técnica deve ser prática e teórica e começar desde as primeiras séries. A partir da 5ª série deverá ter mais ênfase, já com a preocupação de canalizar habilidades e conhecimentos para futuras áreas de especialização que os alunos queiram ou necessitem se aprofundar.

d) **Desenvolver o amor pelo trabalho e pelo trabalho no meio rural.** Precisamos formar trabalhadores que valorizam o que fazem. Que queiram contribuir e se aperfeiçoar cada vez mais para o aumento da produção coletiva de riqueza e conseqüente melhoria das condições de vida para todos os trabalhadores, mesmo que isso exija muito esforço, até sacrifícios. E precisamos que os nossos filhos queiram permanecer no campo e que saibam lutar para que esta permanência seja com dignidade e com muita alegria de viver.

Tradicionalmente a escola vem sendo estimuladora do êxodo rural, seja pela supervalorização da cultura urbana seja pela sua omissão em relação aos problemas da realidade rural.

Nossa escola tem a obrigação de ser diferente. E quanto mais os alunos tiverem experiências de trabalho real, socialmente útil, mais será possível cultivar o valor do trabalho.

e) **Provocar a necessidade de aprender e de criar.** As pesquisas mostram, as experiências demonstram: a gente só aprende quando tem necessidade de aprender, quando enxerga o sentido daquilo que está sendo ensinado para nossa vida. E para perceber e mesmo criar necessidades novas de aprendizagem, é preciso pôr os alunos em ação, em atividades concretas, com sentido real. Queremos uma escola em movimento, em ação. Onde todos estejam envolvidos em algum tipo de trabalho, crian-

(9) Sobre o que é Cooperação Agrícola, sua história e suas formas no MST, ver Caderno de Formação nº 20: A Cooperação Agrícola nos Assentamentos, 1993.

do, inovando, conhecendo e pesquisando. Onde a cada dia os alunos tenham mais pressa de voltar, de continuar aprendendo. E onde os professores também façam do seu trabalho um permanente aprender e reaprender. É assim a nossa escola do trabalho. O MST precisa de sujeitos sabidos, criativos, ágeis...

f) **Preparar as novas gerações para as mudanças sociais.** Para lutar pela sociedade sem explorados nem exploradores. E para viver esta nova sociedade.

2. *Como fazer a escola do trabalho*

Que ninguém espere receitas. É em cada assentamento e acampamento, com sua realidade específica, que deve ser encontrado o melhor jeito de fazer esta escola. Combinando os objetivos mais amplos com metas concretas e com as condições objetivas de cada local. E aqui vale o mesmo princípio: A gente só vai aprender, realmente, o que é a Escola do Trabalho, fazendo-a na prática e daí avaliando e estudando permanentemente sobre o que está sendo feito e o que ainda está por fazer.

O que queremos trazer ainda aqui neste texto, são alguns elementos práticos a serem considerados para implementação da nossa escola do trabalho, a partir das nossas e de outras experiências neste campo. (10)

1ª) **Que tipo de trabalho pode ser feito pelos alunos na escola.** Já vimos anteriormente que trabalho produtivo real dos alunos não quer dizer horta. Existem muitas outras demandas de trabalho a serem assumidas pelos alunos, dependendo da idade, das capacidades que queremos desenvolver, dos objetivos que a escola tem em determinado período e das condições objetivas da escola e do assentamento.

Concretamente, vamos identificar algumas possíveis frentes de trabalho:

- **Trabalhos domésticos**, ligados à limpeza, ao preparo da alimentação, à busca de água onde ainda não existe encanamento. É muito importante que os alunos, desde os bem pequenos, se envolvam nestas tarefas, por que através delas (se bem orientados) vão adquirindo hábitos de higiene, noções de estética, disciplina, responsabilidade e também vão desenvolvendo o valor do trabalho de cada um, seja menino ou menina, no bem estar do coletivo. Mas aqui devemos

ter o cuidado de não sobrecarregar e não cansar demais os alunos, fazendo-os assumir tarefas além de suas capacidades físicas. Também não se trata da atitude simplista de não querer funcionários na escola só porque o trabalho doméstico pode ser educativo às crianças. Brigar para que o Estado coloque funcionários na escola, ou discutir com a comunidade a participação de pessoas para ajudar na merenda, pode ser até mais educativo para os alunos do que só fazer as tarefas. O importante é que os alunos não se desliguem completamente deste tipo de trabalho para que aprendam a valorizá-lo e superar preconceitos.

- **Trabalhos ligados a administração da escola**, tais como a organização da secretaria, da biblioteca, das finanças. Ou fazer a farmácia, o mural, o jornalzinho ou organizar e embelezar os espaços internos e externos da escola, ajeitar, pintar, cultivar flores, adornar os vários espaços do assentamento, etc. É importante que os alunos se envolvam em trabalhos que vão exigindo cada vez mais habilidades, responsabilidade e criatividade. Podem começar como ajudantes e, pouco a pouco, ir assumindo o comando de determinados setores. O importante é garantir um padrão de qualidade e de eficiência no trabalho para que a aprendizagem também seja eficiente e de qualidade;

- **Trabalhos ligados à produção agropecuária**, como uma horta, uma lavoura ou uma criação de animais. Aqui depende das condições objetivas e do que realmente se quer com este tipo de trabalho. Como os demais, o fundamental é que este trabalho atenda a uma necessidade real e não seja uma brincadeira só para ocupar os alunos. Isso deseduca. Assim, uma horta por exemplo, dois objetivos poderiam justificar a sua realização: a) produzir alimentos para a escola ou para as famílias; b) servir para o aprendizado de algumas técnicas alternativas de cultivo, visando a sua capacitação em horticultura. Dependendo do objetivo muda o jeito de organizar e de tratar este trabalho. É diferente uma horta de experimentação e uma horta para resultado econômico. E os alunos precisam entender isso e saber por quê e para quê estão trabalhando;

- **Trabalhos diversos ligados a outra áreas da produção.** Sempre que possível, a escola deve proporcionar experiências de trabalho ligadas à fabricação de algum tipo de produto. Especialmente a partir da 5ª série, os alunos poderiam ser desafiados a se

(10) Uma sugestão muito importante de leitura para iluminar nossa prática é o livro "Fundamentos da Escola do Trabalho" de Pistrak, especialmente capítulo 3: "O trabalho na escola".

capacitar em diversos setores, bem como para organizar alguns destes trabalhos a nível de mercado, primeiro interno ao assentamento e talvez, progressivamente, visando ao mercado externo. Podemos pensar em trabalhos ligados à agroindústria, à eletrônica, à marcenaria, à tecelagem.

- **Trabalhos ligados à cultura e a arte.** É muito importante que a escola estimule a organização de grupos musicais, de teatro ou de dança, que possam fazer apresentações também nas comunidades vizinhas. Atividades que sejam desenvolvidas, de fato, como trabalho, no sentido da disciplina dos ensaios, da busca permanente da perfeição, do compromisso com o público, da especialização. Também aqui podemos citar a importância do envolvimento dos alunos na organização das festas do assentamento: datas históricas da luta, festa da produção, festas populares na região, etc.

2ª) **Tempo de trabalho e tempo de estudo.** As experiências de trabalho real dos alunos não podem diminuir o tempo do estudo dos conteúdos de ensino. O ensino é importante até para qualificar a aprendizagem obtida pelo trabalho. Isto quer dizer que a Escola do Trabalho precisa aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola. E também, que os professores precisam se dispor (formal ou informalmente) a acompanhar este tempo de trabalho. Ou, então, que o acompanhamento das experiências de trabalho possa ser feito pela própria comunidade, através da Equipe de Educação do assentamento, ou de pessoas delegadas para tal função. De qualquer modo, os professores não podem ficar fora disso, porque é necessária a ligação entre o trabalho dos alunos e a sala de aula.

3ª) **Ensino ligado ao trabalho, mas não só isso.** Se o período que os alunos estão trabalhando e o período que os alunos estão estudando não tiver vinculação direta, não podemos falar em Escola do Trabalho. A prática concreta vai levantar muitas questões a serem aprofundadas e tratadas cientificamente, e o professor precisa prestar atenção e incluí-las na sua lista de conteúdos.

Não se trata apenas de permitir que os alunos falem sobre o seu trabalho na sala de aula. Aliás, esta conversa bem pode acontecer nos espaços informais, não precisando esperar pela hora da aula. O que os professores precisam fazer é construir **Temas Geradores e Conteúdos** que tratem das questões ligadas à produção, à organização do trabalho não só da escola, mas do conjunto do assentamento e da pró-

pria sociedade. Por exemplo, conhecer como se dá o processo produtivo numa fábrica e qual a rede que percorre um produto até chegar ao consumidor. Além de um conhecimento geral importante para todos os alunos, vai permitir para aqueles que estão montando sua minifábrica de brinquedos, entender melhor algumas questões que estão aparecendo na sua prática.

Chamamos a atenção para o seguinte: numa Escola do Trabalho não se estuda só sobre trabalho. E muito menos só sobre o trabalho rural. A função social da escola é socializar conhecimentos em geral e ampliar a visão de mundo de cada aluno e do conjunto da comunidade. Questões ligadas a política, cultura, arte, história, ao mundo em geral, também devem integrar nossos programas de ensino.

4ª) **Trabalho adequado a cada idade e com aumento gradativo de responsabilidades.** Não se trata de fixar tarefas para cada idade porque isso é muito relativo e depende do contexto de vida de cada aluno. Mas é preciso o bom senso para saber, por exemplo, que crianças de 6 ou 7 anos não vão conseguir, sozinhas, dar conta de uma roça; ou, então, que alunos ainda não bem alfabetizados não têm como organizar a secretaria da escola. O importante é que a delegação de tarefas e de responsabilidades seja real e não de faz-de-conta. O trabalho educa porque responsabiliza; mas só responsabiliza quando há cobrança real desta responsabilidade. Por isso, é preciso adequar o trabalho às capacidades, incluindo sempre um desafio a mais para estimular o avanço, e sendo rigoroso na cobrança da qualidade de cada tarefa. E é bom lembrar que nada responsabiliza mais do que a gestão econômica do processo produtivo. A meta é, pois, que os alunos cheguem a assumir esta gestão na escola. Em cada caso deverá se analisar quais os passos a serem dados até alcançá-la.

5ª) **Trabalho e jogo.** O trabalho dos alunos não deve tirar o seu tempo para jogos e brincadeiras. Eles também educam e desenvolvem uma série de habilidades e destrezas, quando bem escolhidos. Nossa escola estimula os jogos educativos mas não pensa que o melhor seja misturá-los com o trabalho, como defendem algumas pedagogias modernas. É importantes que os alunos, desde pequenos, possam distinguir quando uma atividade é “brincadeira”, e quando é “séria”. O que não quer dizer que a realização das atividades de trabalho não possam ter a mesma alegria e divertimento de uma grande brincadeira.

Em nossa escola, os jogos podem ser utilizados como um complemento pedagógico, embora não devam ser

o centro do processo e nem o ponto de partida mais significativo para a aprendizagem dos alunos

6ª) Trabalho na escola e Trabalho no assentamento. Na maioria dos nossos assentamentos as crianças e os jovens participam de alguma tipo de trabalho produtivo. As experiências variam muito, em função do próprio modo de organização do trabalho e da produção em cada assentamento. Na relação entre escola e trabalho é preciso garantir uma sintonia entre o que a escola propõe e o que o assentamento necessita e está fazendo, e vice-versa. Ou seja, um trabalho não pode prejudicar mas sim ajudar o outro. Se a escola propõe experiências de trabalho ligados à produção agropecuária, por exemplo, é preciso analisar com a comunidade se o melhor é trabalhar na área da escola, ou se é a escola acompanhar um trabalho que seja organizado com os alunos, pelo assentamento. O que não pode acontecer é uma sobreposição de trabalhos, que gere desgastes e falta de interesse. Ex: as crianças estão encarregadas da horta do assentamento e a escola decide fazer uma horta para que as crianças trabalhem nela. Por outro lado, também é preciso evitar que a utilização da mão-de-obra das crianças pelas famílias as impeça de

participar do trabalho na escola, porque exigirá mais tempo de sua permanência nela. Tudo isso deverá ser discutido coletivamente e tendo clareza dos objetivos maiores da nossa proposta de educação.

7ª) O trabalho dos professores e outros trabalhadores da Escola. A organização do trabalho proposta para a Escola do Trabalho não diz respeito só aos alunos. Precisa envolver todos os integrantes da escola, deixando claro qual é a função e quais são as tarefas de cada um. E os alunos não podem conviver com o exemplo do professor que trabalha sempre sozinho, que decide sobre o seu trabalho sozinho. Quando a escola só tem um professor, ele precisa se juntar com a Equipe de Educação para realizar suas tarefas de preparação das aulas, avaliação e outras. E também estar em algum setor junto com os alunos, por exemplo, o que estiver responsável pela secretaria da escola. Ou seja, além de orientar e apoiar o conjunto dos trabalhos, os professores devem estar envolvidos em tarefas específicas. Quando houver mais professores, o melhor é construir um coletivo de professores, com tarefas próprias e com organização interna que possa servir de exemplo aos alunos.

" A participação do trabalho como processo educativo na transformação social, será tanto mais eficaz se não for uma mera engenhosidade didática, mas sim uma real inserção no processo social do trabalho, união entre estruturas educativas e estruturas produtivas, o que não quer dizer, necessariamente, união entre escola e fábrica, mas significa, certamente, união entre educação e produção".

(Mario Manacorda)

Parte 4: A ESCOLA DO TRABALHO: COOPERAÇÃO E DEMOCRACIA

1- Gestão Democrática da Escola

Como já vimos nas outras partes deste texto, de nossa Escola do Trabalho não é escola de qualquer trabalho. É escola do trabalho mais plenamente educativo, ou seja, aquele que mistura cooperação com democracia.⁽¹¹⁾ Em outras palavras, estamos querendo que nossas crianças e nossos jovens se eduquem através do Trabalho Social Necessário para a Gestão Democrática da escola.

Para nosso tipo de escola, a gestão democrática precisa juntar os seguintes ingredientes ou elementos:

- a) Participação da comunidade (assentados, acampados) na direção da escola.
- b) Organização de um coletivo que seja responsável pelo planejamento, execução e avaliação das atividades da escola.
- c) Espaço específico de auto-organização dos alunos, para exercitarem a gestão do seu coletivo e participarem do coletivo maior de gestão da escola.

Mas como mexer com estes ingredientes para que a “receita” da escola que queremos dê certo? Como fazer funcionar a escola, através da participação democrática.

De novo, aqui a “receita” não é receita. Mas apenas chamada de atenção para alguns detalhes que as nossas práticas vêm mostrando:

1ª) Planejamento coletivo. Participar é, sobretudo, ajudar a tomar decisões. E o momento principal de tomar decisões é no planejamento. Devem ser planejadas desde as grandes até as pequenas ações do dia-a-dia da escola. Onde não há planejamento não tem cooperação. Onde o planejamento está concentrando em poucas cabeças (acontece “de cima para baixo”), não há democracia. A gestão democrática implica em planejamento coletivo. E na escola isso

envolve a elaboração da proposta pedagógica e do regimento da escola; o plano anual de atividades; os planos de trabalho que vão detalhando a execução das atividades da escola; o planejamento de ensino em seus vários níveis: plano de curso, plano de unidade, planos de aula semanais e diários.

2ª) É preciso organizar a participação coletiva no planejamento. Combinar e ter claro quem deve, e em que nível, participar do planejamento. Democracia não quer dizer todos participando de tudo ao mesmo tempo. E quem participa do planejamento também tem que se envolver na sua execução e permanente avaliação. Assim, quando falamos da participação da comunidade na direção da escola, por exemplo, certamente não estamos pensando que os assentados devam dedicar seu tempo a fazer planos de aula junto com os professores. Da mesma forma, não é esta a participação principal que se espera dos alunos. Planejar o dia-a-dia das aulas é tarefa do coletivo dos professores. Só que estes, quando planejam, devem estar pondo em prática decisões que ajudaram a tomar num outro momento do planejamento: quando láno início do ano, junto com a comunidade (incluindo as crianças e jovens), foram decididos quais os conteúdos e habilidades que deverão ser reforçados; foi discutida a relação entre as atividades da escola e o conjunto do planejamento dos assentados; que atividades culturais serão promovidas pela escola; que tipo de trabalho produtivo será de responsabilidade dos alunos; quais serão os critérios de avaliação a serem adotados pela escola, etc.

Do mesmo modo, quando os alunos, auto-organizados, forem elaborar seu plano de trabalho nos setores sob sua responsabilidade, vão decidir sobre suas atividades específicas, tomando por base as decisões ou linhas de ação tiradas noutro coletivo, do qual também participam.

A isto podemos chamar de **Instâncias de participação democrática**, que é o jeito de fazer funcionar, de fato, a democracia.

(11) "A forma de trabalho de muito que, no mesmo lugar e em equipe, trabalham planificadamente no mesmo processo de produção ou em processos de produção conexos, se chama COOPERAÇÃO..." (Marx. O Capital).

Democracia: forma de organização da vida social baseada na participação de todos nos processos de decisão, execução, avaliação e apropriação dos resultados dos empreendimentos sociais. Supõe divisão igualitária de direitos e de responsabilidades. E é respeito às idéias da maioria, do coletivo.

3ª) Participação da comunidade é participação de quem? Pense você: qual a imagem que lhe vem à cabeça quando se fala em participação da comunidade? Uma grande assembléia, com todos os assentados ou acampados, discutindo as questões da escola? Um encontro da Comissão ou equipe de educação para resolver os problemas da sala de aula? Uma reunião de professores com dois ou três pais, mais alguns alunos, ajudando a direção da escola a tomar decisões sobre o que fazer com o telhado que está quase caindo?

Cada uma destas imagens pode indicar participação, desde que combinadas em diferentes momentos e para diferentes objetivos.

Depende também das formas de organização da própria comunidade. Quando se trata de um assentamento organizado apenas através do trabalho individual (familiar) e sem instâncias de representação falar em participação da comunidade supõe a participação do maior número possível de assentados, já que não há como alguns representarem as necessidades ou as posições de todos. A menos que se reúnam e discutam as questões previamente, o que geralmente não acontece.

Mas, quando já existem na própria organização do assentamento, instâncias coletivas e pessoas encarregadas das questões de educação, seria um desrespeito a esta organização se a escola chamasse para cada decisão, uma assembléia com todos os assentados.

De qualquer forma, é preciso definir coletivamente também esta questão: quais são as decisões a serem tomadas em assembléia, quais são os momentos para a comissão de educação, quais os momentos para a criação de comissões específicas.

Mas uma lição já tiramos destes anos de experiência: não dá para pensar em gestão democrática da escola sem a criação da equipe ou comissão de educação do assentamento/acampamento. É na hora do trabalho miúdo, do dia-a-dia, que se garante o processo. E onde não há esta equipe disposta, inclusive, a ajudar no planejamento do ensino, na avaliação, no acompanhamento do trabalho prático dos alunos, geralmente fica o mau exemplo do professor trabalhando sozi-

nho, deixando cooperação e democracia no papel ou no sonho. Ou nem isso...

4ª) A participação tem que ser verdadeira. Falsa democracia deseduca e desacredita o processo democrático. As pessoas precisam saber até onde vai seu poder de decisão e porque vai até aí. E precisam ter informações suficientes para tomarem decisões dentro da realidade. É falsa a democracia do professor ou da escola que permite aos alunos decidir sobre tudo (até se querem ou não ter aula!) e que depois se dá o direito de aceitar ou não a decisão deles. Democracia tutelada não é democracia. O exercício democrático supõe a transparência das relações de poder. O coletivo de alunos precisa ter um espaço de autonomia que seja real e pleno. Mas tem que saber que este não é todo o espaço da escola. E que há decisões onde não participa diretamente; que há espaços onde sua posição representa apenas um voto e que isto também é democracia.

Da mesma forma, é falsa a democracia das assembléias de assentamentos onde se põem para decidir questões sobre as quais a maioria não tem informação. Nestes casos geralmente vale a proposta de quem está chamando a assembléia. E isso é autoritarismo consentido. Assim também quando os professores chamam os pais para opinarem sobre atividades da escola, tomando depois as decisões sem eles. Esta participação também é falsa.

Participação verdadeira se conquista com descentralização de informações, organização dos espaços de gestão (quem decide sobre o quê e onde), transparência nas relações e persistência na prática coletiva de participar.

2. A auto-organização dos alunos

Pela importância pedagógica que tem a participação ativa dos alunos no processo democrático da escola, vamos tratar especialmente sobre como e para quê garanti-la.

Auto-organização dos alunos: o que é isso?

A expressão, estamos tomando emprestada de Pistrak (12), para identificar o processo de constituição do coletivo dos alunos na escola. Processo que requer

(12) Na sua obra já citada, ver especialmente o capítulo: "A auto-organização dos alunos". Mas já no início do livro, há sobre este tema idéias que valem a pena registrar aqui:

Para Pistrak a construção da nova sociedade, revolucionária, exige o desenvolvimento de três qualidades: 1) Aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; 2) Aptidão para analisar cada problema novo como um organizador; 3) Aptidão para criar as formas eficazes de organização.

(continua pg. 16)

que as crianças e os jovens tenham um espaço de liberdade e de iniciativa suficientes para organizar sua vida neste coletivo, com o apoio mas sem a interferência dos adultos.

Coletivo dos alunos não quer dizer “turma”: pessoas que estão juntas no mesmo lugar apenas porque compartilham a mesma série ou o mesmo dever de estudar. Coletivo quer dizer a união de pessoas em torno de interesses e objetivos comuns, dos quais têm consciência e para os quais se organizam, dividem tarefas, responsabilidades, resultados.

A escola deve estimular o desenvolvimento do coletivo infantil para que através dele os alunos participem da gestão democrática da escola.

Isto quer dizer que os alunos precisam deixar de ver a escola como um local onde vão apenas estudar e onde tudo está pronto ou tem alguém que vai aprontar. Precisam passar a enxergar a escola como um lugar que é seu e cujo destino é de sua responsabilidade também. Desde garantir que a sala de aula esteja limpa e agradável, até fazer a produção da roça dobrar neste safra...

Mas isto só vai acontecer se realmente a escola delegar não só tarefas, mas responsabilidades concretas para os alunos, permitindo que por conta própria eles se organizam e trabalhem para dar conta delas. Ou seja, nunca teremos alunos responsáveis e organizados se forem sempre os professores a organizar o trabalho deles: “hoje Joãozinho varre a sala, Pedrinho rega as flores e Maria limpa a vidraça...!” “O máximo que vão aprender é a cumprir ordens, pelas quais não têm nenhum compromisso.

Não se trata de logo nos primeiros dias de aula, entregar todo o trabalho na mão das crianças e deixá-las por sua conta. Isso pode ser desastroso e pouco educativo. É preciso ir, aos poucos, delegando responsabilidades de acordo com a idade, a capacidade, as experiências anteriores dos alunos. Sobretudo, é preciso acompanhar e refletir com eles o seu processo organizativo. E combinar coletivamente os mecanis-

mos de cobrança das responsabilidades delegadas. Sem cobrança não há crescimento dos coletivos. Sem avaliação permanente, não há avanços pedagógicos.

Através do seu coletivo, os alunos podem constituir os setores de trabalho da escola (serviços, biblioteca, comunicação, secretaria, horta e jardim, finanças, etc.); podem integrar o Conselho Escolar (13); coordenar atividades que estejam no planejamento da escola, constituir o grêmio estudantil e se relacionar com estudantes de outras escolas, do estado e do país.

A forma que vai assumir o coletivo de alunos: se é uma espécie de cooperativa escolar ou uma associação de estudantes, depende das condições objetivas de cada realidade e dos objetivos específicos das próprias crianças e jovens. Em alguns lugares já se criaram cooperativas escolares até com estrutura jurídica. Os grêmios estudantis são uma realidade antiga, embora geralmente não se tenham vinculado às questões do trabalho produtivo real, na escola ou através dela. Mas a forma não é o mais importante. O fundamental é o princípio da auto-organização, no contexto da cooperação e da democracia.

Sem a auto-organização dos alunos, certamente nossa Escola do Trabalho estará sem um dos seus pilares. E precisará de muito equilíbrio para se manter em pé...

3. Nossa meta: Escolas plenamente coletivas

Temos muitos sonhos. Sonhamos com a Reforma Agrária. Sonhamos com a terra em benefício de todos. Sonhamos com Cooperativas de Produção plenamente coletivas e os nossos assentamentos dando respostas econômicas e políticas para a classe trabalhadora (14). Sonhamos com uma sociedade diferente onde todos tenham os mesmos direitos e deveres. Igualitária e justa. Por isso, devemos sonhar também com uma nova educação. Uma educação libertadora, uma escola transformada. Uma escola democrática, formadora de pessoas humanas novas. Uma escola plenamente coletiva, laboratório de uma nova sociedade.

Para desenvolver isso nas crianças é preciso admitir a auto-organização sem reservas. “É preciso reconhecer de uma vez por todas que a criança e, sobretudo, o adolescente, não se preparam apenas para viver, mas já vivem uma verdadeira vida. Devem conseqüentemente organizar esta vida. A auto-organização deve ser para eles um trabalho sério, compreendendo obrigações e sérias responsabilidades. Se quisermos que as crianças conservem o interesse pela escola, considerando-a como seu centro vital, como sua organização, é preciso nunca perder de vista que as crianças não se preparam para se tornar membros da sociedade, mas já o são, tendo já seus problemas, interesses, objetivos, ideais, já estando ligados à vida dos adultos e do conjunto da sociedade.” (pag. 41-42).

(13) Nome geralmente dado ao coletivo que administra a escola, constituído de professores, alunos, direção da escola, e comunidade.

(14) Ver Caderno de Formação nº 20, especialmente: “Ensaio do futuro: a CPA plenamente coletiva”.

No Caderno de Formação nº 18 já dizíamos: “Seria bom se toda escola, algum dia, funcionasse como uma cooperativa...” Uma grande cooperativa de aprendizagem, diríamos hoje. Depois das lições da prática, agora entendemos melhor o que isso quer dizer.

Mais do que uma nova estrutura escolar, queremos uma escola onde as decisões sejam tomadas coletivamente. Onde as crianças e os jovens estejam organizados em setores de trabalho e que neles possam chegar a experimentar a lógica de um processo produtivo socialmente dividido. Conscientes do que estão fazendo e para quê estão fazendo.

Onde haja também um coletivo de professores trabalhando junto, planejando formas de ensino cada vez mais atraente e eficaz. Onde a comunidade tenha a escola como sua (15) e lhe dê a direção necessária para o avanço do assentamento e da luta maior do MST. Onde diretores sejam escolhidos por eleição direta, onde professores sejam escolhidos pela comunidade. Onde **trabalho, cooperação e democracia** sejam a base de todo o processo educativo. E onde todos gostem de estar, para aprender e ensinar, para conviver, para criar. Escola de construção do futuro. Escola das causas humanas. Escola da alegria. Escola de vida em plenitude!...

Sonhamos muito?

Que a prática seja nossa resposta!

“ Fazer é a melhor maneira de dizer ” .

(José Martí)

(15) “Escola e Assentamento devem estar ligados igual namorados: são dois, mas tão agarradinhos que até parecem um só !” (Caderno de Formação nº 18, pág. 16)

CONCLUSÃO

Ninguém sabe bem o que não descobriu através de sua prática. Isto quer dizer que para compreendermos mesmo o que é escola do trabalho, precisamos começar a fazê-la. E então ir refletindo sobre esse fazer. Não sozinhos, mas numa equipe, num coletivo.

Este texto quis fixar algumas balizas para orientação da nossa prática. Para analisar o que já estamos fazendo e o que ainda precisamos começar a fazer. Ele não trouxe receitas porque confia na capacidade de criar, de inventar, de buscar dos nossos educadores militantes. O desafio está lançado.

Mas nestas palavras finais queremos chamar a atenção para outra questão, falando para o conjunto da nossa militância dos assentamentos e de outras comunidades rurais.

Neste Boletim tratamos da questão do trabalho, da cooperação e do seu sentido educativo, do ponto de vista das crianças e da escola. Só que esta não é uma questão que diz respeito apenas às crianças e a escola. Ela pode ser pensada do ponto de vista do conjunto das atividades de formação do MST; como também do dia-a-dia de nossas famílias, de nossas cooperativas de produção, de nossos assentamentos, de nossos setores, de nossas secretarias.

Como está acontecendo a relação entre estudo e trabalho nos nossos cursos de militantes? Nos nossos cursos de base? Nos cursos alternativos de 1^ª e 2^ª graus que estamos conquistando pelo país afora?

Como se dá a relação entre educação e trabalho nos acampamentos e assentamentos? Os sócios de nossas cooperativas conseguem perceber a dimensão educativa do seu trabalho? Cooperação e democracia acontecem na prática? E como enxergamos o trabalho das crianças em nossa família, em nossa cooperativa, em nossa comunidade? Não estamos por vezes imitando o capitalismo na sua truculenta exploração do trabalho infantil?

Gostaríamos que através deste texto, algumas dessas questões viessem a tona e fossem refletidas pelo conjunto da organização.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

1. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.
2. KRUPSKAYA, Nadezhda. La Educación Laboral y la Enseñanza. Progreso, Moscou, 1986.
3. LEONTIEV, Alexis. O Desenvolvimento do Psiquismo. Horizonte, Lisboa, 1978.
4. MANACORDA, Mário A. Marx y la Pedagogia Moderna. Libros Tau, Barcelona, 1979.
5. MAKARENKO, Anton S. Poema Pedagógico. 2 ed. Brasiliense, São Paulo, 1987, 3 vol.
6. MARX, Karl. El Capital. Tomo 1. Editorial Pueblo y Educación, Habana, 1983.
7. MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre teoria da organização no campo. São Paulo, MST, 1986.
8. MST. O que queremos com as escolas dos assentamentos. Caderno de Formação nº 18, São Paulo, 1991.
9. MST. A Cooperação Agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação nº 20, São Paulo, 1993.
10. MST. Como fazer a escola que queremos. Caderno de Educação nº 01, São Paulo, 1992.
11. MST. Como deve ser uma escola de assentamento. Boletim da Educação nº 01, São Paulo, 1992.
12. PISTRAK. Fundamentos da Escola do Trabalho. Brasiliense, São Paulo, 1981.

"Que cuando mires dentro de ti,
y de lo que haces, te encuentres
como la tierra por la mañana,
bañada de luz..."(José Martí)

Produção: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Setor de Educação

Responsável pela sistematização: Roseli Caldart

Apoio: ASTM - Action Solidarité Tiers Monde - Luxembourg

Pedidos para:

Secretaria Nacional

Rua Ministro Godoi, 1484
05015-900 - São Paulo - SP
Fone: (011)864-8977
Fax: (011)871-4612

Cx 22

D. 24

AST